

NECROPEDAGOGIA:
A FACE NEGRA
DO PROJETO
EDUCACIONAL NO
EXTREMO SUL DA
CIDADE PAULISTANA



V SICCAL

[GT2 - TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS]

Denis Martins

Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH - USP), São Paulo, SP

[RESUMO ABSTRACT RESUMEN]

Este artigo apresenta alguns dados e reflexões referentes ao genocídio da população negra dentro da cidade de São Paulo, com o foco nos territórios periféricos do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo. Neste texto é demonstrado como este extermínio ocorre de forma sistemática e organizada pelas forças do capital vigente, uma diretiva política de Estado que produz “mundos de mortes”, uma autêntica necropolítica. Nesses distritos, também conhecidos como “Triângulo da morte” uma das ferramentas do processo necropolítico de organização das relações e do espaço é o projeto educacional aplicados nas escolas públicas dessa região. Com os índices educacionais abaixo do esperado, esses ambientes escolares tendem a reproduzir as violências estruturais e sociais e atuar como um dispositivo político e uma ferramenta eficaz que contribui para a morte física, política e simbólica, uma pedagogia da morte, uma necropedagogia.

Palavras-chave: Necropedagogia. Necropolítica. Racismo. Periferia. Zona sul.

This article presents some data and reflections regarding the genocide of the black population within the city of São Paulo, with a focus on the peripheral territories of Jardim Ângela, Jardim São Luís and Capão Redondo. This text demonstrates how this extermination takes place in a systematic and organized way by the forces of the current capital, a political directive of the State that produces “worlds of death”, an authentic necropolitics. In these districts, also known as the “Triangle of Death”, one of the tools of the necropolitical process of organizing relations and space is the educational project applied in public schools in that region. With educational rates below expectations, these school environments tend to reproduce structural and social violence and act as a political device and an effective tool that contributes to physical, political and symbolic death, a pedagogy of death, a necropedagogy.

Keywords: Necropedagogy. Necropolitics. Racism. Periphery. South zone.

Este artículo presenta algunos datos y reflexiones sobre el genocidio de la población negra en la ciudad de São Paulo, con un enfoque en los territorios periféricos de Jardim Ângela, Jardim São Luís y Capão Redondo. Este texto demuestra cómo este extermínio se da de manera sistemática y organizada por las fuerzas del capital actual, una directiva política del Estado que produce “mundos de muerte”, una autêntica necropolítica. En estos distritos, también conocidos como el “Triángulo de la Muerte”, una de las herramientas del proceso necropolítico de organización de las relaciones y el espacio es el proyecto educativo aplicado en las escuelas públicas de esa región. Con tasas educativas por debajo de las expectativas, estos

entornos escolares tienden a reproducir la violencia estructural y social y actúan como un dispositivo político y una herramienta eficaz que contribuye a la muerte física, política y simbólica, una pedagogía de la muerte, una necropedagogía.

Palabras clave: Necropedagogía. Necropolítica. Racismo. Periferia. Zona sur.

Necropolítica e território - Produção dos territórios paulistanos

Andando pela cidade de São Paulo, é notório e simples de perceber que as desregularidades e as disparidades fizeram e fazem parte da produção espacial desse município. Ao transitar pela capital do Estado, percebemos um desenvolvimento urbano binário onde alguns espaços são plenamente atendidos e beneficiados pelos instrumentos e aparelhos governamentais e outros totalmente as margens de direitos básicos de sobrevivência e dignidade. Também se percebe que houve/há uma política que fragmentou os territórios e organizou os indivíduos dentro da metrópole paulistana.

Uma análise simplista ou o puro senso comum pode alegar que a pobreza urbana no município de São Paulo é advinda de um desordenado processo de urbanização, onde o êxodo rural, a industrialização tardia e a concentração financeira foram os maiores responsáveis pela explosão demográfica e pela crise urbana instalada na cidade. Mas se analisarmos com mais cautela e profundidade, perceberemos que a pobreza e essa possível desordem urbanística não são resultados do processo, mas, sim parte integrante dele.

Milton Santos (2012) nos orienta que a “desigualdade social e desigualdade espacial se apoiam mutuamente” (SANTOS, 2012, p. 89). Desse modo, esse tipo de urbanização seletiva que privilegia alguns espaços em detrimento de muitos; que segrega indivíduos devido a sua origem racial/social/territorial; que orienta os investimentos

públicos em favor de grandes empresas; e sistematicamente, por meio de seus mecanismos de desenvolvimento urbano, favorece uma pequena burguesia, atenua a pobreza e fabrica uma grande massa de sujeitos empobrecidos (SANTOS, 2012; KOWARICK, 2000; FERNANDES, 2008).

Para Milton Santos (2012; 2014b) os padrões globais de desenvolvimento urbano forneceram as condições necessárias e específicas para a produção de uma cotidianidade pautada na exploração e na irrestrita reprodução do capital; e esse modelo de expansão capitalista, através da produção do espaço e do aparelhamento do Estado, desencadeou a proliferação da pobreza (SANTOS, 2012; 2014b).

Assim, orientada pelos padrões internacionais de desenvolvimento urbano, a cidade de São Paulo planejou, produziu e distribuiu a pobreza em várias camadas e alocou-a em determinados pontos da metrópole (SANTOS, 2013; SANTOS, 2014b).

Nesse artigo seguiremos a descrição de pobreza efetuada por Milton Santos (2013), que salienta que esse fenômeno não deve ficar restrito somente às questões pessoais, porque essa condição transcende os indivíduos. Tratar desse assunto exige um dinamismo de tratamento, no qual todo o conjunto de fatores é levado em conta, portanto “pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política, acima de tudo! Estamos lidando com um problema social” (SANTOS, 2013, p. 18).

O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo

e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação insegura (SANTOS, 2013, p. 19).

Assim sendo, a pobreza que trataremos nesse escrito é aquela que não está apenas atrelada às restrições de consumo e de conforto proporcionado pela aquisição de objetos artificiais. Estamos lidando com algo muito maior, com uma política administrativa de Estado, arquitetada e desenvolvida através de vários mecanismos e inúmeros aparatos sociais – e no município de São Paulo o espaço foi, e continua sendo, fundamental para a proliferação e a mecanização de uma pobreza dirigida e em dimensões imensuráveis.

Sobre essa questão, Santos (2012) observa que “a presença de numerosos pobres e a fabricação incessante de pobres na cidade são fatores fundamentais para esse resultado que estamos analisando” (SANTOS, 2012 p. 99). Para além dessa análise, o autor também garante que a mega concentração e a manutenção da pobreza são inerentes ao sistema ao qual estamos inseridos.

A existência de uma diversidade de modelos de circulação, distribuição e consumo assegura a manutenção do esquema. De fato, nos países subdesenvolvidos, a magnitude do crescimento demográfico urbano tem um papel relevante sobre o mercado. Se os pobres, pela precariedade de suas rendas, têm uma demanda menos frequente, o seu número, sempre crescente, traz consigo um efeito de compensação. Se estivessem espalhados pelo território ou, mesmo, subdivididos em pequenas aglomerações,

os custos de distribuição da produção do que consomem seriam muito elevados (SANTOS, 2012, p. 100).

Santos (2014a) observa a racionalidade desse projeto e aponta que nada foge aos padrões do capitalismo mundial e, dentro dessa perspectiva, considera que “a cidade é essa heterogeneidade de forma, mas está subordinada a um movimento global. O que se chama de desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado” (SANTOS, 2014a, p. 73). Assim, para o autor, nada escapa ao projeto normativo de globalitarismo, tudo é arquitetado pelas forças do capital hegemônico, inclusive a pobreza, portanto, “poder-se-ia falar também, num empobrecimento planejado. Onde os pobres não têm voz no processo: são apenas as vítimas” (SANTOS, 2012, p.132).

Dessa forma, podemos considerar que os processos de urbanização e de desenvolvimento social e econômico, promovidos pela cidade de São Paulo, não ocorreram de modo desordenado, não foi uma produção anárquica e, muito menos, um fenômeno destacado da totalidade global. Esses movimentos seguiram rigorosamente os ordenamentos e as diretrizes da política de reprodução do capital internacional/nacional; atuaram de forma organizada e decisiva para a perpetuação das desigualdades espaciais; e através do aparelhamento do Estado, forjaram a pobreza e o racismo, ambos estruturantes, estruturais e sistêmicos.

O grande erro é considerar a urbanização como uma variável independente e não o que realmente é: um epifenômeno. Com efeito, a cidade é o lugar privilegiado

do impacto das modernizações, já que estas não se instalam cegamente, mas nos pontos do espaço que oferecem uma rentabilidade máxima. O processo é velho, mas agravou-se recentemente (SANTOS, 2013, p. 26).

O município de São Paulo, atualmente, possui cerca de doze milhões de habitantes; devido ao processo de industrialização tardia, modernizou-se e foi elevado ao patamar de centro econômico do Brasil; possui o PIB bruto de R\$ 687.035.889,61 e com uma renda per capita de R\$ 57.071,43¹; o município é considerado um dos pontos mais ricos e desenvolvidos da América Latina e também um imenso polo de investimento financeiro; mantém no centro de seu território uma das bolsas de valores mais importantes do mundo, a Bovespa; conta com uma imensa rede de mobilidade, a cidade detém uma frota de mais de dezessete milhões de automóveis² e mais de 155.000 ônibus para atender toda sua população e sua malha urbana³.

Todo esse crescimento econômico e estrutural não foi acompanhado pelo desenvolvimento humano e social, ainda que o último censo de 2010 mostre que o município tem um IDH de 0,805⁴, um

índice muito alto e semelhante ao de países desenvolvidos, há de se notar que esse dado não reflete a totalidade da realidade concreta, pois há uma imensa desigualdade de distribuição de recursos e equipamentos urbanos.

Muitas autoras e autores, dentre eles CARNEIRO, 2018, GONZALEZ, 1982; FERNANDES, 2008; LIMA, 2010; MELLO, 1994; MOURA, 1994; MUNANGA 2016; NASCIMENTO, 2007; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012, WERNECK, 2016, consideram que no Brasil o cerne da desigualdade social é o racismo contra os descendentes dos povos africanos, alegam que o racismo é o estruturante da sociedade brasileira, um verdadeiro projeto político que, através do elemento “raça”, produziu e organizou as relações humanas e a distribuição espacial.

Um racismo perpetuado por inúmeras ações históricas e renovado pelos incontáveis vínculos sociais que condicionou os afro-brasileiros a uma generalizada condição de precariedade; a um estado absoluto de matabilidade; uma progressiva zona de vulnerabilidade; e imprimiu sobre os corpos negros o estigma de existências descartáveis e passíveis de extermínio.

O racismo, como política discriminatória, foi uma das ferramentas utilizadas para forjar a organização dos espaços, dos lugares e, conseqüentemente, dos indivíduos dentro do município paulistano. Dessa maneira, a pobreza nesse território não é heterogenia, não é monolítica, e muito menos aleatória. Em São Paulo, a pobreza tem lugar, e acima de tudo tem cor, o lugar da pobreza hegemônica é nas periferias e a sua cor é negra (CARNEIRO,

1 Fonte IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama> acessado em 11/10/2021 às 17:21.

2 Fonte: IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120> acessado em 11/10/2021 às 17:40.

3 Fonte: IBGE: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/pesquisa/22/28120> acessado em 18/10/2021 às 18:05.

4 FONTE: PNUD Brasil: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/indice> de desenvolvimento humano Municipal, 2010/ todos os Estados do Brasil acessado em 21/10/2021 às 11:07.

2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012).

Lélia Gonzalez (1982) considera que foi produzida uma política administrativa de Estado muito eficaz, uma rede de relações organizadas a fim de barrar e limitar a ascensão dos negros, zonestar racialmente o território e definir o lugar do negro e sua posição na escala social dentro do município. Para a autora, “a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social” (GONZALEZ, 1982, p. 89-90).

Em outras palavras, no município de São Paulo, e também no Brasil, a desigualdade econômica e classe não dão conta de explicar o abismo social existente entre negros e brancos. O racismo faz parte da organização política, é estrutural e inerente a sociedade brasileira como um todo.

Esse perfil de desigualdades raciais não é um simples legado do passado: ele é perpetuado pela estrutura desigual de oportunidades sociais em que brancos e negros estão expostos no presente. Os negros sofrem uma desvantagem competitiva em todas as etapas do processo de mobilidade social (GONZALEZ, 1982, p.98).

Assim como Gonzalez (1982) afirma, a figura abaixo ilustra como a cidade de São Paulo obedece a um padrão de zoneamento racial muito bem definido, onde os brancos se concentram nas regiões centrais, com maiores índices de desenvolvimento

humano e os negros nas regiões periféricas e menos desenvolvidas.

[Figura 1]. Concentração da população no município de São Paulo



Fonte: IPEA - Mapa da violência 2019

Como demonstrado na figura acima, no município de São Paulo os estruturantes da organização espacial dos corpos contaram com o elemento “raça” como fundamento central de sua política de distribuição do espaço. Percebe-se que a maior concentração de população negra se encontra nas extremidades da cidade, lugares geralmente insalubres, com poucos investimentos em infraestrutura urbana; regiões que apresentam baixo índice de desenvolvimento humano e altos níveis de vulnerabilidades.

Com esses dados, percebemos que, dentro do município de São Paulo, existe um modelo de zoneamento racial muito bem definido e explícito; e que, os padrões de discriminação racial e espacial persistem sendo as bases da distribuição dos corpos dentro do território paulistano. Nessas condições, há de se aceitar que o racismo e a discriminação racial, tão necessariamente, promovidos para o brutal processo de escravização dos povos africanos (BITHENCOURT, 2018), mesmo após a abolição, persistiram nas entranhas da sociedade, foram perpetuados

dentro das relações sociais e se manifestam de forma concreta sobre do município de São Paulo (FERNANDES, 2008; MOURA, 1994).

De acordo com as nossas pesquisas, esses condicionantes de desigualdades; os estruturais processos de desregularidades espaciais; e todos os marcadores sociais da exclusão, que são salientados pelo racismo estrutural, produzem uma política administrativa de Estado, que em seu horizonte, mantém corpos negros como elementos passivamente desclassificáveis e atrelados a um sistema de abundantes e diretivos dispositivos de diferenciação que são o motor do desenvolvimento territorial, social, econômico e político da cidade (CARNEIRO, 2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2007, NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012).

Achille Mbembe (2018) considera que para manter a reprodução das relações capitalistas, é necessário promover uma verdadeira “instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações inteiras” (MBEMBE, 2018, p. 11). Para o autor, o dismantelamento material e imaterial dos corpos e das relações humanas não é obra isolada ou fruto de políticas administrativas que fracassaram em seus propósitos, pelo contrário, o extermínio e o massacre daqueles considerados o “bando do soberano”⁵ são, racionalmente, estruturados

através de medidas que desprezam predeterminadas vidas, produzindo assim a necropolítica.

Essencialmente a necropolítica é uma política centrada na produção de um dirigismo mortífero e na eliminação em massa de segmentada parcela da sociedade. É uma estrutura muito complexa de administração e de controle que determina a organização social dos corpos e produz uma conjuntura de deteriorização, repúdio e destruição de sujeitos que são considerados descartáveis pelo poder soberano. (MBEMBE, 2018).

Sendo o soberano (Estado) aquele que pode violar suas próprias proibições, sua força destrutiva – atrelada aos dispositivos de disciplina e negação da vida – produz uma política centrada em um estado de exceção latente e direcionada para o controle social através do gerenciamento da morte. Uma lógica inversa e perversa de violação de estigmatizados corpos e segmentadas existências humanas, uma política administrativa voltada exclusivamente ao genocídio, de determinados corpos. O poder soberano representa a violação e a transgressão de todos os limites e, por meio de uma política de exceção, o poder da soberania dissemina a morte em larga escala e exerce o seu direito legítimo de matar (AGAMBEN, 2002).

5 Relacionamentos sociais rompidos, menos a relação de exceção com o soberano (Estado), abandonados pelo nomós da soberania, essas existências foram incluídas em uma conjuntura social que os excluem,

uma inclusão exclusiva. “Aquilo que é capturado no bando soberano é uma vida humana matável e insacrificável: o homo sacer. Se chamamos vida nua ou vida sacra a esta vida que constitui o conteúdo primeiro do soberano (...) justamente a sujeição da vida a um poder de morte, a sua irreparável exposição na relação de abandono” (AGAMBEN, 2002, p.91).

A complexidade dessa questão começa em seu paradoxo. Segundo Agamben (2002), o soberano está, “ao mesmo tempo”, dentro e fora do ordenamento jurídico. “A especificação ‘ao mesmo tempo’ não é trivial: o soberano, tendo o poder legal de suspender a validade da lei, coloca-se legalmente fora dela” (AGAMBEN, 2002, p.23). Esse é o paradoxo da soberania, é o que mantém a norma e garante o poder do soberano.

A relação de exceção é uma relação de bando. Aquele que foi banido não é, na verdade, simplesmente posto fora da lei e indiferente a esta, mas é abandonado por ela, ou seja, exposto e colocado em risco no limiar em que sua vida e direito, externo e interno, se confundem. (...) É neste sentido que o paradoxo da soberania pode assumir a forma: “não existe um fora da lei”. A relação originária da lei com a vida não é aplicação, mas o abandono (AGAMBEN, 2002, p. 36).

Mbembe (2018) também reconhece que o bando do soberano é o seguimento social que está sempre na emergência do estado de exceção e de sítio e essa relação de inimizade gerada pelo poder do soberano, produz um inimigo ficcional, uma vida nua⁹, um corpo amaldiçoado e matável, e contra esse que foi escolhido como “o Outro” tudo é legítimo, lícito e justificado. O autor também afirma que a produção de uma ideologia racial foi um crivo decisivo para a reprodução sistemática da biopolítica e para a produção de uma política genocida de Estado, ou seja, para o desenvolvimento da necropolítica.

Através do racismo, o projeto necropolítico e a arquitetura da soberania do

Estado se edificou e dividiu a sociedade em dois compartimentos, duas estruturas sociais racionalmente e racialmente distintas.

Que a “raça” (ou, na verdade, o racismo) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas Ocidentais, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou da dominação a ser exercida sobre eles. (...) Na economia do biopoder, a função do racismo é regularizar a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado (MBEMBE, 2018, p. 18).

Neste momento vale recuperar a última parte da citação acima, “na economia do biopoder, a função do racismo é regularizar a distribuição da morte e tornar possíveis as funções assassinas do Estado” (MBEMBE, 2018, p. 18). Assim sendo, o racismo é, sim, um projeto político, um plano de Estado e acima de tudo, um sistema de poder que prolifera e organiza as mortes e se apropria desse racismo de Estado para decidir quem deve viver e quem precisa morrer.

O necropoder, poder sobre a morte, também se manifesta dentro de uma estratégia de ordenamento territorial, causando o dismantelamento do corpo social, potencializando e direcionando as ações corrosivas de eliminação populacional, a necropolítica. Após realizar a segregação espacial e, desse modo, selecionar

os corpos que devem viver e aqueles que precisam morrer, a necropolítica produz uma estrutura diretiva de extermínio em massa (MBEMBE, 2018).

A partir do esquadramento territorial são construídos condicionantes sociais que atuam para a deterioração espacial e para o massacre biofísico daqueles indivíduos, considerados pelos mecanismos da soberania moderna como seres descartáveis, corpos indignos de existência e passíveis de todo e qualquer tipo de violência (AGAMBEN, 2002; FOUCAULT, 2007; MBEMBE, 2018).

Aqui chegamos a um ponto crucial: por meio da análise dos conceitos, dos dados abordados, das bibliografias levantadas, de elementos sociais, com a realidade concreta e tantas outras análises não questionadas, acreditamos que desde a época colonial até o mundo atual, a cidade de São Paulo seguiu um padrão racialmente distinto; uma organização social que desde sempre os corpos negros estiveram no cerne do processo de barbárie, banimento, exploração e destruição (CARNEIRO, 2018, FERNANDES, 2008; MOURA, 1994; NASCIMENTO, 2007, NASCIMENTO, 2016; SANTOS, 2012).

Desta maneira, podemos concluir que no município de São Paulo, os negros foram envolvidos em uma trama mortífera, colocados em estado de exceção latente, condicionados por um necropoder, organizado pelo Estado e por uma pequena burguesia branca, à uma política de extermínio em massa e à um sistema de opressão racial, onde na topologia das violências da cidade estão os afro-brasileiros.

Assim como no colonialismo, o racismo e o escravismo foi uma máquina de moer gentes (RIBEIRO, 2015), na modernidade a necropolítica é uma fábrica de eliminação em massa de corpos negros que estão sujeitos a um permanente estado de exceção e em latente condição de corpos descartáveis (MBEMBE, 2018).

Necropolítica e o projeto educacional

Segundo a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Brasileira, a Educação é o pilar da nossa sociedade porque através dela conseguimos entender os mecanismos que administram nossas vidas, diagnosticar, de modo mais abrangente, o que acontece ao nosso redor e desvendar, cognitivamente, as estruturas sociais que nos cercam (BRASIL, 1996, Lei Federal Nº 9.394).

A LDB define que a educação básica e fundamental é um direito universal, gratuito e esse processo deve ser custeado pelo Estado e pelos órgãos competentes. Além disso, a LDB garante a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; consideração com a diversidade étnico-racial e garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 1996, Lei Federal Nº9.394, Art. 3).

No artigo 4, esta mesma lei decreta que o Estado tem o dever de garantir uma educação digna e de qualidade para todos os

educandos e o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Para que isso seja possível é necessário que as escolas “sigam padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, 1996, Lei Federal N° 9.394, Artigo 4, parágrafos V e IX).

Para realizar a medição da qualidade da Educação Básica no Brasil, em 2007, o governo Federal criou, em parceria com o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação básica). Esse índice reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações⁶.

O IDEB agrega ao enfoque pedagógico dos resultados das avaliações em larga escala do Inep a possibilidade de resultados sintéticos, facilmente assimiláveis, e que permitem traçar metas de qualidade educacional para os sistemas. O índice varia de zero a 10 e a combinação entre fluxo e aprendizagem tem o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino reter seus alunos para obter resultados de melhor qualidade no Saeb ou Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Se, ao contrário, o sistema apressar a aprovação do aluno sem qualidade, o resultado das avaliações indicará

igualmente a necessidade de melhoria do sistema (Portal INEP - MEC⁷).

Desta maneira, todas as escolas públicas do Brasil são submetidas ao IDEB e esse índice mede a qualidade do ensino-aprendizagem nos estabelecimentos escolares.

O distrito do Jardim Ângela carrega baixíssimos resultados nessas avaliações. Em 2017, nenhuma das 92 escolas que compõem a rede Estadual de Ensino Básico da região (SUL 2) atingiu a nota 7,0 no IDEB. A instituição de ensino que se destacou com o maior índice foi a Escola Professora Carolina Cintra da Silveira, com 6,8 pontos. Consideramos cinco escolas, do distrito, para fazermos o levantamento e a comparação desses dados.

Tabela 1] São Paulo: IDEB 2017⁸, por escolas

Escolas	Resultado IDEB anos iniciais ⁹	Resultados IDEB anos finais ¹⁰
Gil Vicente	6,1	4,6
Prof. Humberto Alfredo Pucca	6,1	4,3
Prof. Josephina Cintra Damiano	5,3	3,8
Dr. Rosa PavonePimont	6,0	4,6
Prof. Samuel Morse	5,7	4,6

Fonte: IDEB 2017 – dados por escola. (Tabulação própria).

⁶ Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no **Censo Escolar**, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)** – para as unidades da federação - e a **Prova Brasil** – para os municípios.

⁷ <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acessado em 13/06/19 às 10h14min.

⁸ Indicadores de aprendizado (Prova Brasil) e fluxo (aprovação) por escola

⁹ Anos iniciais da Educação Básica: 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª série do Ensino Fundamental.

¹⁰ Anos finais da Educação Básica: 6ª, 7ª, 8ª e 9ª série do Ensino Fundamental.

Desse modo, a Educação transforma-se em um meio muito eficaz de enfrentar a desigualdade racial/social e lutar por melhorias territoriais e espaciais. Porém, os baixíssimos resultados do IDEB revelam uma ineficiência na organização política e educacional da região e demonstram também que no distrito do Jardim Ângela esse enfrentamento político e ideológico, defendido por Paulo Freire (2017), tende a ser mais difícil e fragilizado.

Freire (1996) diz que o sistema capitalista produz múltiplas desigualdades. No Brasil essas disparidades são vistas em todos os âmbitos, principalmente na área da Educação básica e, para o autor, há dois projetos educacionais diferenciados, um destinado aos detentores do capital e outro para as massas populacionais, os oprimidos. Assim, “do ponto de vista dos interesses dominantes, não há dúvida que a educação deve ser uma prática imobilizadora e ocultadora de verdades” (FREIRE, 1996, p. 99).

[Tabela 2] Resultados do ENEM por escola e área do conhecimento¹¹

Escola	Taxa de participação	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
Gil Vicente	89% (35 participantes)	503 pts	481 pts	499 pts	489 pts	492 pts
Prof Humberto Alfredo Pucca	29% (38 participantes)	487 pts	455 pts	489 pts	479 pts	480 pts
Prof. Josephina Cintra Damião	40% (27 participantes)	494 pts	457 pts	496 pts	440 pts	437 pts
Dr. Rosa Pavone Pimont	19% (5 participantes)	480 pts	451 pts	467 pts	509 pts	404 pts
Prof. Samuel Morse	27% (36 participantes)	488 pts	459 pts	495 pts	458 pts	502 pts

Fonte: IDEB 2017 – dados por escola (Tabulação própria).

A tabela 2 aponta que o rendimento dos estudantes na prova do ENEM é baixo e semelhante aos do IDEB – dos 1000 pontos possíveis, os alunos das escolas analisadas, em sua absoluta maioria, não conseguiram atingir a metade. É um resultado muito preocupante porque demonstra o baixo nível e a péssima qualidade do Ensino Público no distrito do Jardim Ângela.

É importante notarmos a quantidade de estudantes que realizaram o ENEM em 2017. Com exceção da escola estadual Gil Vicente, com 89% de alunos participantes, as outras não atingiram nem a metade de

participação. Sabemos que esse fato não é um problema único e exclusivo da escola; essa problemática transcende os muros dessas instituições e faz parte do cotidiano de violência estrutural produzida através de anos de abandono dessa região.

A baixíssima adesão ao ENEM dá a entender que esses estudantes não têm interesse em continuar os estudos, cursar o Ensino Superior e adquirir uma especialização acadêmica. Se considerarmos essas escolas como parâmetro, podemos entender que o Ensino Superior, seja público ou privado, não faz parte dos planos dos

moradores dessa região. A qualificação, a especialização e a profissionalização individual são metas que não estão no horizonte dos jovens negros, pobres e habitantes do distrito do Jardim Ângela.

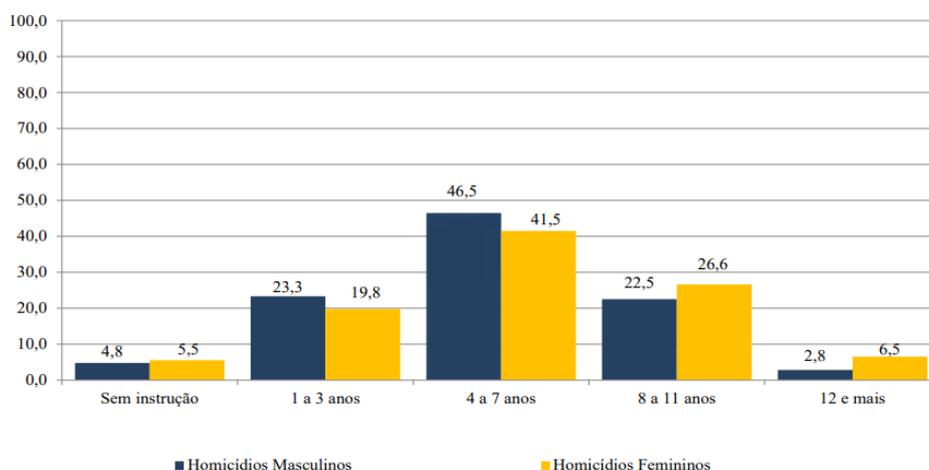
Em 2015, o IBGE produziu um censo sobre a população universitária em todo o Brasil, no qual mostra que apenas 12,8% da comunidade acadêmica é composta de pretos e pardos. Assim, podemos sugerir que a contínua deterioração do Ensino Público, nos níveis básico e médio, aquele, historicamente e socialmente destinado aos afro-brasileiros, não é um problema apenas da zona sul de São Paulo e do distrito do Jardim Ângela, mas, sim um problema nacional.

Santos (2013a) está de acordo com Freire (2017) quando considera a Educação e seus distintos níveis, como parte integrante das forças de produção capitalista; dessa maneira, cada camada social tem um projeto educacional diferenciado e próprio.

Os pobres não têm poder algum de decisão sobre a qualidade e o tipo de educação que lhes é destinada, o processo de educação é condicionado pelas necessidades da produção. Essas necessidades são ditadas por interesses que mudam rapidamente e cujo epicentro é frequentemente distante, há uma defasagem permanente no tempo e nos objetivos, e os países do Terceiro Mundo não teriam a possibilidade de adaptar o aparelho escolar às necessidades emergentes e tampouco aos verdadeiros interesses nacionais (SANTOS, 2013a, p. 23-24).

A falta de perspectiva acadêmica e de especialização profissional dos jovens negros e periféricos faz com que o abismo racial e social, já existente, amplie-se e se transforme em mais uma forma de exclusão e mais uma prática de genocídio dessa população. Com os jovens fora da escola, sem trabalho e com pouca ou nenhuma possibilidade de ascensão social, muitos se transformam em alvos de grupos de extermínio; entram em conflitos com as leis e seus agentes; enfrentam uma forte política de repressão e de encarceramento em massa.

[Gráfico 1] Padrão de vitimização dos homicídios em relação à escolaridade e o sexo da vítima (%) em relação aos homicídios 2019



Fonte: IPEA – Atlas da violência 2019

O gráfico 1, apresenta uma íntima relação entre homicídios e o grau de escolaridade dos sujeitos mortos. Dessa maneira, percebe-se que as estatísticas demonstram que não apenas o ponto de partida dos negros é desvantajoso, mas que, em cada estágio da competição social, na educação e no mercado de trabalho, somam-se novas discriminações que aumentam tal desvantagem. Em outras palavras, as estatísticas apontam que a desvantagem dos negros não é apenas decorrente do passado, mas é ampliada no tempo, reproduzida na cotidianidade e nutrida pela teia de discriminações em todos os campos (GUIMARÃES, 2012; NASCIMENTO, 2016; KOWARICK, 2002).

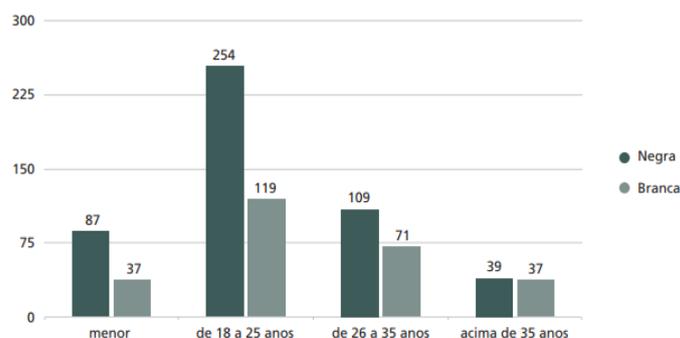
Em 2017, 35.783 jovens foram assassinados no Brasil. Esse número representa uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, taxa recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos; de 49,4% para pessoas de 20 a 24; e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos; tal quadro faz dos homicídios a principal causa de mortes entre os jovens brasileiros em 2017. Conforme apontado anteriormente esse recorde nos índices da juventude perdida se dá exatamente no momento em que o país passa pela maior

transição demográfica de sua história, rumo ao envelhecimento, o que impõe maior gravidade ao fenômeno (IPEA – ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019, p.25).

A juventude sem escola de qualidade, com baixa escolaridade, sem emprego e sem perspectiva de ascensão social, transforma-se em vítimas fáceis do projeto necropolítico implantado nas periferias de São Paulo e no distrito do Jardim Ângela. O necropoder desenvolve sua política genocida de várias formas e os dados demonstram que o padrão de vitimização dos homicídios tem uma relação muito próxima aos anos de estudos realizados pelos indivíduos assassinados.

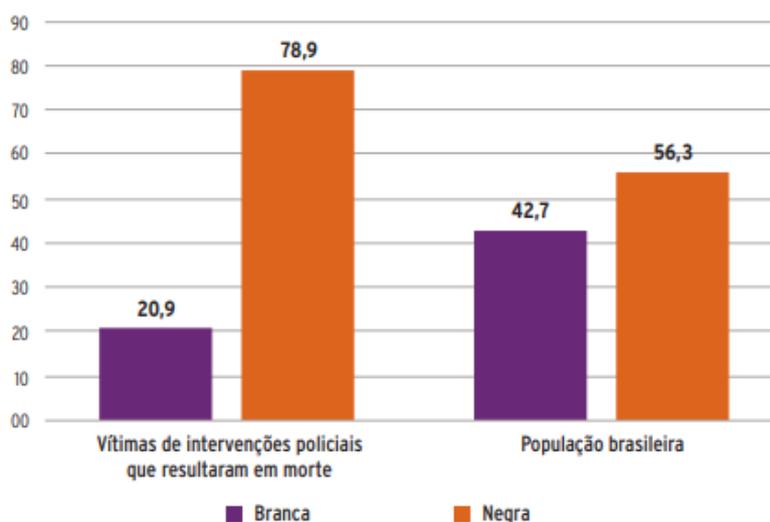
Outro fator muito relevante é que a juventude negra está na topologia da letalidade policial. Em 2017 a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo lançou uma pesquisa sobre o uso da força letal promovida por seus agentes. Esse levantamento considera que “a taxa de mortes de negros por intervenção policial reforça a noção de quanto a democracia racial é um mito. No ano de 2017, a taxa de negros mortos (65%) é quase o dobro da de brancos (35%)” (OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 27). O gráfico 02 e 03, produzidos

[Gráfico 02] Letalidade policial por faixa etária e cor da pele/raça



Fonte: Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, 2017

[Gráfico 3] Raça/cor das vítimas de intervenções policiais com resultado morte e população brasileira (2020)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; PC-MG; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

pela Polícia militar e pela secretária de segurança pública, atestam que os corpos negros e, principalmente, a juventude negra são os principais alvos dos policiais no Estado de São Paulo; constata uma historicidade letal contra os corpos negros; afirma que há uma violência inconstitucionalizada, sistematicamente produzida e reproduzida pelos agentes da constituição; e confirma que política de Estado de exceção e genocídio contra os afro-brasileiros e corrobora com nossas análises sobre o genocídio físico dessa população.

Na associação entre faixa etária e raça/cor da pele das vítimas, os números da violência institucional contra negros reforçam a gravidade da desigualdade. Dos 124 mortos com até 17 anos, 70% eram negros. E ainda, das vítimas de 18 a 25 anos, 68 % eram negros. Ou seja, a principal vítima de letalidade por intervenção policial é o jovem homem negro de até 25 anos. Já em

relação à situação das vítimas no momento da ocorrência, dos casos em que não estava objetivo o ato ilícito, ou ainda, em que as pessoas eram consideradas suspeitas, 63% eram negros. Analisando o perfil das vítimas com a classificação de indícios estabelecidos pela Ouvidoria na conclusão das ocorrências, nas mortes de 367 vítimas em que houve indício de excesso na legítima defesa, 69% foram contra negros e, das 195 vítimas em que houve indício de excesso em ocorrência sem confronto armado, 59% eram negros (OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2017, p. 28-29).

Além de demonstrar que polícia paulista tem comportamentos racistas e altamente letal com a população negra, esses dados solidificam e confirmam que o racismo é de fato um projeto político de extermínio de Estado. Um processo de segregação,

silenciamento e extermínio dos negros e da juventude negra.

Dentro dessa perspectiva, temos muitas evidências para acreditar que, a escolarização básica e o sistema Educacional paulistano, principalmente nesses territórios, atuam como um dispositivo político de morte e uma ferramenta eficaz que contribui para a morte física, política e simbólica, principalmente, de jovens negros dessas regiões, produzindo assim uma pedagogia da morte, uma necropedagogia. Um mecanismo institucional que atua dentro dos muros das escolas públicas promovendo e organizando as mortes e vulnerabilizando, ainda mais, os corpos da juventude periférica.

Através dos dados e a realidade concreta, temos evidências suficientes e plausíveis para acreditarmos que há um sistema político e pedagógico diferenciado aplicado sobre as escolas públicas localizadas nos extremos da cidade paulistana, neste caso nos debruçamos apenas sobre as instituições educacionais localizadas no “triângulo da morte”, mas os números e as estatísticas nos demonstram que a necropedagogia, essa política administrativa educacional voltada para a produção e reprodução de corpos dóceis, ultra exploráveis, matáveis e indignos de viver uma existência plena, atua em todo território periférico da megalópole paulistana.

A necropedagogia é um pilar importante da necropolítica, que por sua vez, é um fundamento essencial do capitalismo e da proliferação das brutalidades estruturais operantes dentro da cidade de São Paulo. De modo racional, sobre essa população periférica é imposta uma sistemática organização social, que em seu cerne tem o elemento raça como condutor e produtor direto de mecanismos de mortes em larga escala. Imerso a todo esse

conjunto de brutalidades estruturais e sistêmicas, os dados apontam que as escolas públicas desses distritos operam de modo diferente, os números apontam que os estudantes desses locais, em sua esmagadora maioria negros, não ocupam posições de destaques sociais e são os maiores alvos da letalidade policial.

A necropedagogia contribui de forma significativa para preservação dos privilégios de uma pequena elite branca e dominante da cidade de São Paulo em detrimento a população negra e periférica. É uma ferramenta importantíssima para a persistência do abismo socioestrutural operante neste território e também atua como um estruturante categórico que auxilia a perpetuidade das opressões raciais e as desregularidades, que são elementos essenciais e propícios para a perpetuação do “*necrocapitalismo*” (Mbembe, 2018).

Portanto, os habitantes dessas regiões, que são majoritariamente negros, estão incluídos naquilo que Achille Mbembe (2018) denomina de “Mundos de morte”. Estão na topologia das vulnerabilidades estruturais da cidade e expostos às múltiplas formas de violência, de segregação, de negligência governamental. Para a manutenção desse ciclo de violências estruturais, esses corpos são condicionados à necropedagogia, condicionando a um sistema educacional voltado para a eliminação dos corpos, dos sonhos e da estabilidade social, principalmente da juventude negra. Dentro da necropedagogia, a morte não é apenas, ou necessariamente física, mas sobretudo social e simbólica ■

[DENIS MARTINS]

Mestre em Ciência das humanidades pela EACH -
USP. Doutorando em Ciência das humanidades pela
EACH - USP. E-mail: martinscosta0815@gmail.com

Referências

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. 2ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BETHENCOURT, F. **Racismos**: das cruzadas ao século XX. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.
- CARNEIRO, S. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.
- FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**, vol.I. São Paulo: Global Editorial. 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Rio de Janeiro: 34ª Edição. Editora Petrópolis: Rio de Janeiro, 2007.
- GONZALEZ, L. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**, Editora 34. São Paulo, 2000.
- LIMA, M. **Desigualdades raciais e políticas públicas**: ações afirmativas no governo Lula, 2010. In: Revista Novos Estudos 87, julho de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n87/a05n87.pdf>. Acesso em setembro de 2010.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte, Editora n-1. Rio de Janeiro, 2018.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.
- MUNANGA, K. **O negro de hoje**. 2ª edição. São Paulo: Editora Global, 2016.
- NASCIMENTO, Beatriz. **Negro e racismo**. In: RATTTS. Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Editora Imprensa oficial, 2007.
- NASCIMENTO, A. **O genocídio Negro no Brasil, processo de um racismo mascarado**. 3º edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil, Editora Global. São Paulo, 2015.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2014a.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6ª edição. São Paulo: Edusp, 2014b.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3ª edição. São Paulo: Editora Edusp, 2013a.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização - do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Editora Record, 2000.

SANTOS, M. **Por uma economia política da cidade**: o caso de São Paulo. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2012.

WERNECK, J. **Racismo institucional**: uma abordagem conceitual, 2011. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/FINAL-WEB-Racismo-Institucional-uma-abordagem-conceitual.pdf>. Acesso em 01 de Setembro de 2019.